GENÉTICA E DISCRIMINAÇÃO NO TRABALHO: UMA COGITAÇÃO

Elaine Noronha Nassif*

“Não somos determinados pelos nossos genes,
mas apenas influenciados por eles¹.”

O homem de cristal - aquele a respeito de quem se pode obter informação sobre aspectos genéticos da sua personalidade, condições de saúde e habilidades potenciais, ou seja, a respeito de quem se pode obter os chamados dados sensíveis - aqueles que afetam a intimidade da pessoa - é imagem de um homem marcado pelo que os seus genes dizem que ele pode ser e não por aquilo que ele livremente escolheu ser. Esse determinismo genético é profundamente discriminatório.

Hoje testemunhamos violação de direitos da personalidade nas relações de trabalho², e o crescimento do número de pedidos de indenização por danos morais. Esses danos podem ocorrer, é bom que se ressalte, antes, durante ou depois da contratação. A discriminação pré-contratual, excludente, é bastante comum entre nós, por exemplo, em relação a sexo, cor, estado civil, beleza, quantidade de filhos. Há os empregadores que exigem atestado de ligadura de trompa a mulheres, ou que dão preferência a quem seja desta ou daquela religião, dentre outros exemplos. A novidade de que se pretende aqui cogitar é a da utilização de informações genéticas para recrutamento, seleção e contratação de pessoal.

Imagina-se que nessa espécie de recrutamento nenhuma entrevista terá que ser realizada nem questionários terão que ser respondidos. O resultado de um exame genético será o curriculum vitae ou o passaporte para uma vida excluída da sociedade ou de certos grupos dela.

Lima Neto³ afirma que “A descoberta de que genes são responsáveis por características humanas que até então pensávamos serem determinadas pelo meio ambiente e pela cultura, tais como inteligência, sexualidade, determinação, sensibilidade, capacidade de revoltar-se e indignar-se, serviria muito bem ao processo de exclusão como recentemente ensaiado pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, de que estamos experimentando, no final do século, o ressurgimento do fascismo - o fascismo social - que se caracteriza pela exclusão de imensa parcela da espécie humana do contrato social, impedindo o acesso de milhares de jovens à cidadania - um tipo de pré-contratualismo, que exclui o homem por meio da proibição material de ingressar no mundo dos cidadãos...”.

* Procuradora do Trabalho e Mestranda em Direito na PUC/MG.

¹ OLHO DA HISTÓRIA N. 4. *A Genética e o Futuro da Humanidade* - entrevista com a Dr^a Eliane de Azevedo. *Available from Internet* < <http://www.Fmubr/direito/nac/06ordem/html>>

² DELGADO, Maurício Godinho. *Direitos da Personalidade (Intelectuais e Morais) e o Contrato de Emprego*. Síntese Trabalhista, Ano X, n. 125, nov/99, pp. 5 a 16, afirma que “O dano moral decorrente da violação da intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas - e sua respectiva indenização - são claramente possíveis de ocorrência no âmbito empregatício.”

³ LIMA NETO, Francisco Vieira. *Direito e Discriminação Genética* <http://200.241.23.10/cursos/direito/textos.htm>

Boaventura⁴ afirma ainda que "... a biotecnologia e engenharia genética exprimem do modo mais eloqüente o dilema epistemológico contemporâneo. Em face do avanço do conhecimento científico nestes domínios e da orientação da aplicação que ele está a ter é previsível que a relativamente curto prazo o corpo humano se transforme numa mercadoria e mesmo na mercadoria por excelência, desempenhando no novo regime de acumulação o mesmo papel que o automóvel desempenhou no período do capitalismo organizado, o período da acumulação fordista".

Não se pretende aqui desenvolver qualquer argumento sociológico em torno da mudança de paradigmas ou das profundas alterações pelas quais estão passando em todo o mundo as relações de emprego, as concepções de relações de trabalho e de produção, e todo esse esforço empreendido de forma quase hegemônica pelos Estados nacionais ou blocos de Estados para a efetiva implementação da revolução tecnológica. O pensamento aqui se volta para as conseqüências da evolução biotecnológica sobre os mecanismos de discriminação nas relações trabalhistas em geral.

INTIMIDADE, INDIVIDUALIDADE E DISCRIMINAÇÃO

Pré-requisito para a proteção da intimidade é que haja concreta garantia de direito à informação sobre os próprios gens. Caso contrário estaríamos falando de proteger o indivíduo dele próprio, das informações genéticas de que é portador.

Da individualidade - que o direito à intimidade protege - fazem parte todos os aspectos relacionados ao genoma do indivíduo e ao seu modo de viver.

A Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos, de 11 de novembro de 1997, dispõe no seu art. 2º que: "a) Cada indivíduo tem direito ao respeito à sua dignidade e direitos, quaisquer que sejam suas características genéticas" e "b) Esta dignidade impõe que não se reduza os indivíduos a suas características genéticas e que se respeite seu caráter único e sua diversidade".

É preciso respeitar o ser humano não só como uma individualidade, como um ser único e distinto de todos os demais, mas também como parte da espécie humana, ou seja, como indivíduo identificado com seu grupo genético.

A Constituição Brasileira destacou no capítulo do Meio Ambiente:

"Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º. Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

[...]

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético".

⁴ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 1999, p. 348.

A Constituição de 1988, art. 5º, X, dispõe que:

"Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação".

A intimidade, como visto, é bem jurídico protegido constitucionalmente. No direito positivo constitucional a intimidade é vista, pelo menos pela maioria dos doutrinadores brasileiros como José Afonso da Silva que assim escreveu⁵:

"Segundo René Ariel Dotti a intimidade se caracteriza como '... a esfera secreta da vida do indivíduo na qual este tem o poder legal de evitar os demais', o que é semelhante ao conceito de Adriano de Cupis que define a intimidade (*riservatezza*) como o modo de ser da pessoa que consiste na exclusão do conhecimento de outrem de quantos e refira à pessoa mesma. [...]

É, também, inviolável a vida privada (art. 5º, X). Não é fácil distinguir vida privada de intimidade. Aquela, em última análise, integra a esfera íntima da pessoa, porque é repositório de segredos e particularidades do foro moral e íntimo do indivíduo. Mas a Constituição não considerou assim. Deu destaque ao conceito, para que seja mais abrangente, como conjunto de modo de ser e viver, como direito de o indivíduo viver sua própria vida⁶. Parte da constatação de que a vida das pessoas compreende dois aspectos: um voltado para o exterior e outro para o interior. A vida exterior, que envolve a pessoa nas relações sociais e nas atividades públicas, pode ser objeto das pesquisas e das divulgações de terceiros, porque é pública. A vida interior, que se debruça sobre a mesma pessoa, sobre os membros de sua família, sobre seus amigos⁷, é a que integra o conceito de vida privada, inviolável nos termos da Constituição".

A exigência de atestados admissionais e demissionais que revelam a capacidade de trabalho de uma pessoa para determinados tipos de atividade terá que passar por um estudo a fim de conter a tendência que certamente se instalará na requisição de informações genéticas e na avaliação de dados sensíveis, reveladores de aspectos da personalidade e da intimidade da pessoa, bens jurídicos que devem ser tutelados não somente de maneira repressiva, mas preventiva, haja vista a ausência de controle de contenção de informações após a sua divulgação, especialmente em se considerando a existência de uma rede mundial de comunicação - a *Internet*.

⁵ SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*, 6ª ed. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, pp.184-185.

⁶ Cf. Eduardo Novoa Monreal, *Derecho a la Vida Privada y Libertad de Información*, 2ª ed., México, Siglo Veintiuno editores, 1981, pp. 36-38.

⁷ Sobre isso, cf. Pierre Kayser, *La Protection de la Vie Privée: Protection su Secret de la Vie Privée*, Marselha, Presses Universitaires d'Aux-Marseille, 1984, p. 11.

MEDICINA, SEGREDO E ÉTICA

A Lei 8.974, de 5 de janeiro de 1995, chamada Lei da Biossegurança⁸, não trata diretamente da intimidade, mas em seu art. 8º, dispõe sobre os princípios da autonomia e da beneficência.

Esses princípios foram incluídos na Lei de Biossegurança mas são conhecidos na conduta médica.

O princípio de beneficência - de *bonum facere* (latim, fazer o bem o paciente), é o critério mais antigo da ética médica, deita suas raízes no paradigma hipocrático da medicina⁹.

O princípio da autonomia significa a capacidade de a pessoa governar-se a si mesma, ou a capacidade de se autogovernar, escolher, dividir, avaliar, sem restrições internas ou externas. A introdução do critério da autonomia em ética médica é recente, a partir da década de 70, mas na ética em geral já era utilizado há muito tempo.

Até então, o critério fundamental era o da beneficência que, na busca do bem do paciente, privilegiava o papel do médico. Com o critério de autonomia, há uma reviravolta completa na relação médico-paciente. Emergiu uma relação não mais de sujeito (médico) e objeto (paciente), mas de sujeitos (médico e paciente).

São sujeitos autônomos que estabelecem relações interpessoais, compartilham decisões em parceria e no gozo de plenos direitos. Todavia a autonomia é um princípio bastante respeitador da individualidade mas no campo da utilização da informação genética a decisão de uma pessoa não atinge somente a ela e as repercussões dessas decisões individuais certamente irão ecoar em prejuízo de uma certa coletividade de pessoas atingidas pela decisão de uma só.

Pode-se cogitar, por exemplo, que o portador de melhores disposições genéticas teria interesse em revelar isso em seu atestado médico admissional. Mas isso levaria a crer que aquele que não permitiu a informação deve ser descartado. Por isso, também o princípio da autonomia deverá passar por alterações, a fim de

⁸ Biossegurança é uma ciência surgida no século XX, voltada para o controle e a minimização de riscos advindos da prática de diferentes tecnologias, seja em laboratório ou quando aplicadas ao meio ambiente. A Biossegurança é regulada em vários países no mundo por um conjunto de leis, procedimentos ou diretivas específicas.

No Brasil, a legislação de Biossegurança engloba apenas a tecnologia de engenharia genética – que é a tecnologia do DNA ou RNA recombinante - estabelecendo os requisitos para o manejo de Organismos Geneticamente Modificados/OGMs, para permitir o desenvolvimento sustentado da Biotecnologia moderna. O fundamento básico da Biossegurança é assegurar o avanço dos processos tecnológicos e proteger a saúde humana, animal e o meio ambiente.

⁹ No juramento de Hipócrates é dito: “Aplicarei os regimes para o bem dos doentes, segundo o meu saber e a minha razão, e nunca para prejudicar ou fazer o mal a quem quer que seja. A ninguém darei, para agradar, remédio mortal nem conselho que o induza à destruição. Também não fornecerei a uma senhora pessário abortivo [...]. Na casa aonde eu for, entrarei apenas pelo bem do doente, abstendo-me de qualquer mal voluntário de toda sedução”.

que não se permita discriminar as pessoas em razão da sua liberdade de não-revelar, e até, de não saber¹⁰ das suas tendências genéticas. A partir do momento que o exame admissional comportar informações genéticas, haverá para a parte mais fraca a obrigação de saber. E nesse sentido a autonomia como princípio socorre o que quer exercer a liberdade negativa (a de não fazer).

DANOS MORAIS E MATERIAIS EM FACE DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES GENÉTICAS

É necessário ponderar que os resultados ainda incipientes do atual desenvolvimento da biogenética não possibilitou ainda à doutrina ou jurisprudência brasileiras a conexão do que consta no direito positivo sobre a proteção à intimidade e individualidade em relação às questões genéticas. Naturalmente virão à tona quando forem suscitadas. Sabemos que a lei de biossegurança expressou os princípios da autonomia e beneficência somente no que diz respeito à intervenção para correção de erro genético¹¹.

Todavia o segredo profissional "... obriga a quem exerce uma profissão regulamentada, em razão da qual há de tomar conhecimento do segredo de outra pessoa e guardá-lo com fidelidade¹²".

No Código de Ética Médica¹³, regramento que visa à uniformização do comportamento dos profissionais para com os pacientes, entre os deveres éticos mais importantes encontram-se os de manter o sigilo profissional sobre questões apuradas em razão da relação contratual médico / paciente, comunicar às autoridades a ocorrência de determinadas doenças, prestar informações por escrito, quando solicitadas - sobre o estado do paciente que for transferido para outro hospital ou que optar pela troca de médico etc¹⁴.

¹⁰ "Toda persona tendrá derecho a conocer toda información obtenida respecto a su salud. No obstante, deberá respetarse la voluntad de una persona a no ser informada" diz o item 2, do art. 10, do *Convenio relativo a Los derechos humanos y la Biomedicina*, aprovado pelo Comitê de Ministros do Conselho de Europa, em 19 de novembro de 1996.

¹¹ A Instrução Normativa n. 9/97, da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CNTBio diz que toda manipulação genética é considerada Pesquisa em Seres Humanos e deve obedecer aos princípios de autonomia, não-maleficência, beneficência e o da justiça. O princípio da não-maleficência significa que o ser pesquisado não sofrerá, ainda que este sofrimento possa trazer benefícios para toda a humanidade. E o da justiça, segundo PESSINI (1998), "... é o que obriga a garantir a distribuição justa, equitativa e universal dos benefícios dos serviços de saúde". (*op. cit.*, p. 44)

¹² Cf. MONREAL, Eduardo Novoa. *Derecho a la Vida Privada y Libertad de Información*, 2ª ed., México, Siglo Veintiuno editores, 1981, p. 80.

¹³ Compete à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CNTBio, propor o Código de Ética de Manipulações Genéticas (art. 2º, IV, do Decreto 1.752, de 20 de dezembro de 1995).

¹⁴ PESSINI, Léo e BARCHIFONTAINE, Christian de Paul de. *Problemas atuais de Bioética*, 4ª ed., São Paulo: Edições Loyola, 1997, p. 583.

Embora de aplicação preponderantemente administrativa, a inobservância de dever ético previsto na normatização pertinente pode conter também afronta passível de composição no âmbito civil ou repressão na seara penal, conforme referido acima. É o caso, por exemplo, do profissional que revela ao público, por leviandade ou maldade, o fato de determinada pessoa ser portadora de doença tida por incurável ou contagiosa, objetivando colocá-la em posição de inferioridade entre seus pares¹⁵.

Nota-se, por óbvia, a incidência da legislação pertinente à reparação dos danos à moralidade, tendo em vista a depreciação psicológica e o padecimento psíquico injustamente infligido ao paciente, que tem o direito de ver guardadas pelo médico todas as informações obtidas por força da contratação, exceto no pertinente às comunicações de natureza obrigatória previstas em lei ou quando autorizado pelo interessado direto.

Consiste inclusive em infração criminal prevista no art. 269, do Código Penal, a omissão de informações aos órgãos competentes quando constatada a existência de doenças de notificação compulsória.

O que a legislação não tolera é o comportamento que se destina a humilhar, maltratar e fazer padecer de qualquer forma o paciente por intermédio do repasse indevido de dados acerca do seu estado de saúde.

Verifica-se portanto a intenção de proteger os dados sensíveis - cuja divulgação ou revelação podem ocasionar danos morais e materiais antes, durante ou após a vigência de uma relação de emprego ou trabalho, mas em razão dela. Acresça-se que não se deve admitir a conduta culposa que leve a esse resultado porque o dano moral é de responsabilidade objetiva.

O intuito do legislador não é o de resguardar apenas a relação médico / paciente em sua conotação interna, mas objetiva principalmente tutelar o paciente perante terceiros contra os riscos da má administração, pelo profissional, das informações pessoais e clínicas obtidas em virtude do contrato. Logo, o médico está obrigado ao sigilo profissional, ao fornecimento de laudos e a todas as demais imposições de caráter ético mesmo após o desfazimento do vínculo estabelecido entre as partes. A legislação penal, por exemplo, não faz qualquer diferenciação entre os vários momentos em que a conduta delituosa pode ser praticada.

O Código Penal confere a algumas das transgressões previstas no referido Código de Ética, caráter delituoso, ensejando a punição dos infratores.

O art. 154 caracteriza como criminoso o seguinte comportamento:

"Art. 154. Revelar alguém, sem justa causa, segredo, de que tem ciência em razão de função, ministério, ofício ou profissão, e cuja revelação possa produzir dano a outrem:

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.

Parágrafo único. Somente se procede mediante representação."

¹⁵ MATIELO, Fabrício Zamprogna. *Responsabilidade Civil do Médico*. Porto Alegre: Sagra Nuzzatto, 1998, p. 266.

Da mesma forma, o art. 269, do Código Penal, contém outra conduta punível:

"Art. 269. Deixar o médico de denunciar à autoridade pública doença cuja notificação é compulsória." A pena cominada é de detenção de 06 (seis) meses a 2 (dois) anos e multa.

O conteúdo dos dispositivos transcritos demonstra a preocupação do legislador em proteger o indivíduo contra a disseminação de informações sigilosas e que são obtidas por força de relacionamento profissional, embora abra importante exceção e exija do médico a notificação de doença que deve ser levada compulsoriamente ao conhecimento das autoridades, tendo em vista a supremacia do interesse coletivo sobre o particular.

De tudo quanto exposto deflui o indicativo de que as obrigações de natureza ética guardam íntima vinculação com a órbita jurídica civil, haja vista especialmente a circunstância de que via de regra há agravo à esfera moral do indivíduo quando constatada a inobservância, pelo médico, de dever ínsito em regramento de conotação ética. Isso não impede, contudo, que a transgressão do profissional possa acarretar prejuízos materiais, que poderão ser recompostos isolada ou cumulativamente com os danos à moralidade porventura causados pela conduta ilícita.

Situações há todavia em que o dever de confidência é excepcionado. Tal se verifica, como muito bem asseverou CASABONA (1993) se quando o interesse de terceiras pessoas está em risco, ainda assim o médico não deve sopesar os menores riscos e por ele optar. Ele escreve:

"O médico pode perguntar-se, em consequência, se devem primar ou não estes interesses de terceiros frente ao direito à intimidade do doador ou paciente, em particular quando se encontre em jogo a saúde ou a vida das pessoas ou a saúde pública.

Nestas hipóteses o médico pode chegar a encontrar-se ante um conflito de deveres e interesses e terá que recorrer ao ordenamento jurídico em seu conjunto para ver se efetivamente se há produzido e como terá de resolver tal caso. Só no caso em que se comprove que primam os outros deveres ou interesses frente ao direito à intimidade do doador e correspondente dever de sigilo, o desrespeito do mesmo deixará de acarretar-lhe qualquer tipo de responsabilidade (art. 8.11º CP)¹⁶ nos termos descritos acima."

Assim como aumenta a informação nos pré-natais é cada vez mais exata, precisa, sobre o que pode acontecer ao indivíduo em formação no futuro. Dessa informação vem também informação sobre toda a família - irmãos, pais, descendentes - não se trata de informação pessoal mas de informação familiar - o que pode gerar problemas com o direito à intimidade, que terá que ser interpretado de uma forma

¹⁶ A referência é ao código penal espanhol.

coletiva e não individual. Isso aumenta a importância de se estabelecer o sigilo das informações genéticas de uma pessoa pois o número de pessoas atingidas e as circunstâncias se multiplicam e são imprevisíveis¹⁷.

Além de todas as dificuldades do mercado, a discriminação em face da informação genética de uma pessoa poderá se constituir em mais uma dificuldade de inclusão e de acesso a um emprego, trabalho ou determinado tipo de atividade que ela por opção gostaria de exercer. Além disso essa dificuldade pode não se restringir somente a ela mas à sua família, ou pessoas da sua relação, origem, cor, raça, ou outros aspectos que realmente transcendem a pessoa portadora dessa informação. Não é por menos que já se disse que *“El genoma humano es la base de la unidad fundamental de todos los miembros de la familia humana y del reconocimiento de su dignidade y diversidad intrínsecas. En sentido simbólico, el genoma humano es el patrimonio de la humanidad”*¹⁸.

A LEI DE BIOSSEGURANÇA E DIREITO DO TRABALHO

Para fins de uma análise das disposições da Lei de Biossegurança pertinentes ao direito do trabalho podemos destacar:

“Art. 2º - As atividades e projetos, inclusive os de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e de produção industrial que envolvam OGM¹⁹ no território brasileiro, ficam restritos ao âmbito de entidades de direito público ou privado, que serão tidas como responsáveis pela obediência aos preceitos desta lei e de sua regulamentação, bem como pelos eventuais efeitos ou consequências advindas de seu descumprimento.

[...]

§ 2º - As atividades e projetos de que trata este artigo são vedados a pessoas físicas enquanto agentes autônomos independentes, mesmo que mantenham vínculo empregatício ou qualquer outro com pessoas jurídicas.

[...]

Art. 10 - Compete à Comissão Interna de Biossegurança (CIBio) no âmbito de sua instituição:

I - manter informados os trabalhadores, qualquer pessoa e a coletividade quando suscetíveis de serem afetados pela atividade, sobre todas as questões relacionadas com a saúde e a segurança, bem como sobre os procedimentos em caso de acidentes;

[...]

¹⁷ No Brasil a Instrução Normativa n. 9, da CNTBio, publicada no DOU n. 200, de 16 de outubro de 1997, Seção 1, pp. 23487-23488, exige para o desenvolvimento de qualquer pesquisa em seres humanos o fornecimento de grande quantidade de informações relacionadas aos métodos, objetivos e riscos, mas sem qualquer requisição de informação de natureza individual.

¹⁸ Artigo primeiro da *Declaración Universal sobre el Genoma Humano y los Derechos Humanos, de 11 de noviembre de 1997* da UNESCO.

¹⁹ OGM significa, nos termos da Lei 8.974/95, organismo cujo material genético (ADN/ARN) tenha sido modificado por qualquer técnica de engenharia genética.

V - notificar à CTNBio, às autoridades de Saúde Pública e às entidades de trabalhadores o resultado de avaliações de risco a que estão submetidas as pessoas expostas, bem como qualquer acidente ou incidente que possa provocar a disseminação de agente biológico;

VI - investigar a ocorrência de acidentes e as enfermidades possivelmente relacionadas a OGM, notificando suas conclusões e providências à CTNBio”.

[...]

“Art. 12 - Fica a CTNBio autorizada a definir valores de multas a partir de 16.110,80, UFIR, a serem aplicadas pelos órgãos de fiscalização referidos no art. 7º, proporcionalmente ao dano direto ou indireto, nas seguintes infrações:

[...]

VIII - não adotar os meios necessários à plena informação da CTNBio, das autoridades da Saúde Pública, da coletividade e dos demais empregados da instituição ou empresa, sobre os riscos a que estão submetidos, bem como os procedimentos a serem tomados, em caso de acidentes”.

“Art. 13 - O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal por danos causados ao homem, aos animais, às plantas e ao meio ambiente, em face do descumprimento desta lei.”

[...]

“Art. 16 [...]

Parágrafo único - Verificada a existência de riscos graves para a saúde do homem ou dos animais, para as plantas ou para o meio ambiente, a CTNBio determinará a paralisação imediata da atividade”.

A primeira leitura do texto legal permite identificar que a atuação do Ministério do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho é reclamada, no sentido da fiscalização, regulamentação da forma de informações aos trabalhadores sobre riscos do ambiente do trabalho e informações às entidades de trabalhadores.

São dois os pontos de vista: os dos cidadãos que estão sendo objeto da análise e do outro os dos cidadãos que estão trabalhando com a informação genética do outro e que têm portanto não só informações a proteger como também devem se preocupar com os riscos que podem correr no exercício do trabalho com pesquisas genéticas assim como com a finalidade daquela atividade que estão desempenhando, visando um comprometimento ético com as conseqüências para toda a coletividade.

Vemos que a genética poderá despertar a máxima de Taylor de que existe um homem certo para cada tipo de trabalho. Assim, a programação da sociedade estará, caso não vinguem os princípios éticos, dentro dos tubos de ensaio.

O papel do Direito em preservar a intimidade do indivíduo, sua identidade pessoal, inclusive biológica, genética, perante os avanços da tecnologia, evitando a utilização, a manipulação dessa intimidade para o alcance de um poder sem limites sobre outras pessoas e sobre o conhecimento. A preservação dos princípios da vida e da liberdade e dos que deles decorrem, privilegiando a escolha moral da honestidade.

Não é possível esquecer de inserir o objeto em análise do atual contexto da ciência e da filosofia da ciência. Com efeito, a ausência de referências de certeza, a alteração de paradigmas leva-nos a um caminho de incertezas tais já preconizadas pelo niilismo.

Quem assistiu o filme “Gattaca” lembra-se de que as chances de uma pessoa ser bem sucedida estavam na avaliação dos seus genes. Eram dois irmãos, um fruto do amor, concebido numa linda noite de lua numa praia e o outro foi encomendado com o que havia de melhor em genes. O resultado foi o que o primeiro era franzino, míope e tinha problema de coração, e nunca poderia seguir a carreira que desde pequeno desejou, que era de astronauta. O outro foi feito para dar certo e se adaptar à sociedade dos superdotados. Esse tipo de manipulação genética pode certamente levar a uma luta por dominação em vários campos, desde uma luta de família, raças ou países, ou sabe-se lá de indústrias, de conhecimento, ou do que quer que seja. Quem tiver as pessoas - o material humano mais apropriado para desenvolver tal tipo de tarefa que é necessária para manutenção do poder certamente terá esse poder. Que força terá a ética perante as forças seculares, milenares que conduzem o homem à competição?

BIBLIOGRAFIA

- Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 out. 1988.
- Lei n. 8974 - 5 jan. 1995, Regulamenta os incisos II e V e § 1º, do art. 225, da Constituição Federal, estabelece normas para o uso das técnicas e engenharia genética e liberação no meio ambiente de organismos geneticamente modificados, autoriza o Poder Executivo a criar, no âmbito da Presidência da República, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, e dá outras providências.
- Decreto n. 1752-20 - dez. 1995. Regulamenta a Lei 8.974, de 5 de janeiro de 1995, dispõe sobre a vinculação, competência e composição da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CNTBio, e dá outras providências.
- CASABONA, Carlos Maria Romeo. *Responsabilidade Médico Sanitária e AIDS (segunda parte)*. Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo, ano 1, n. 3, pp. 7-30, julho-setembro, 1993.
- DELGADO, Maurício Godinho. *Direitos da Personalidade (Intelectuais e Morais) e o Contrato de Emprego*. Síntese Trabalhista, Ano X, n. 125, nov/99, pp. 5 a 16.
- LIMA NETO, Francisco Vieira. *Direitos Humanos de 4ª Geração*. Available from Internet < <http://200.241.23.10/cursos/direito/textos.htm>>
- MATIELO, Fabrício Zamprogna. *Responsabilidade Civil do Médico*. Porto Alegre: Sagra Nuzzatto, 1998, p. 266.
- OLHO DA HISTÓRIA N. 4. *A Genética e o Futuro da Humanidade* - entrevista com a Drª Eliane de Azevedo. Available from Internet < <http://www.Fmubr/direito/nac/06ordem/html>>
- PESSINI, Léo e BARCHIFONTAINE, Christian de Paul de. *Problemas atuais de Bioética*, 4ª ed., São Paulo: Edições Loyola, 1997, p. 583.
- SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*, 6ª ed. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1989, p. 756.